

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO –
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

JAYNE WESTPHAL

FUNDAMENTOS TEÓRICO FILOSÓFICOS NA FUNDAÇÃO DA COLÔNIA
AGRÍCOLA TEREZA CRISTINA – PR

LARANJEIRAS DO SUL

2022

JAYNE WESTPHAL

**FUNDAMENTOS TEÓRICO-FILOSÓFICOS NA FUNDAÇÃO DA COLÔNIA
AGRÍCOLA TEREZA CRISTINA – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito parcial para aprovação no Seminário de Socialização de TCC.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Pontarolo.

LARANJEIRAS DO SUL

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Westphal, Jayne

FUNDAMENTOS TEÓRICO FILOSÓFICOS NA FUNDAÇÃO DA
COLÔNIA AGRÍCOLA TEREZA CRISTINA - PR / Jayne Westphal.
-- 2022.

51 f.

Orientador: Doutor Fabio Pontarolo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2022.

1. Colônia Tereza Cristina. 2. História do Paraná. 3.
Jean-Maurice Faivre. 4. Socialismo Utópico. 5.
Cooperativismo. I. Pontarolo, Fabio, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JAYNE WESTPHAL

FUNDAMENTOS TEÓRICO FILOSÓFICOS NA FUNDAÇÃO DA COLÔNIA
AGRÍCOLA TEREZA CRISTINA - PR

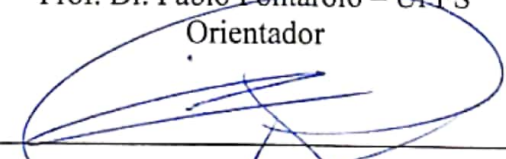
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de bacharela, como requisito para obtenção do título de licenciada.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 25/08/2022


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fabio Pontarolo – UFFS
Orientador



Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti – UFFS
Avaliador



Prof. Dr. Cristiano Augusto Durat – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho à Comunidade de Tereza Cristina, sem cujo estímulo este trabalho jamais seria concretizado, e que segue no mesmo lugar escolhido por Faivre. E a toda comunidade escolar que influenciaram, não só a abraçar esse tema, como em minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a toda equipe escolar do Colégio Estadual do Campo Tereza Cristina, onde concluí os dois anos finais do Ensino Médio, e que fica localizado na comunidade de Tereza Cristina, que foi objeto deste estudo. Essas pessoas, com certeza, foram as grandes motivadoras da minha trajetória na educação. E em especial os professores Carlos Roberto Dias e Cézár Guazina, Carlos, meu professor de História muito solícito a tudo; e Cézár, professor de Língua Portuguesa e Filosofia, na época e incentivador da escrita. Ambos, foram fundamentais nesse percurso e grandes incentivadores.

Agradeço meus pais, trabalhadores do campo, que apesar do pouco conhecimento e das dificuldades em se viver num lugar afastado do acesso a serviços básicos como a escola, sempre apoiaram as minhas iniciativas, como a de sair estudar longe de casa.

Agradeço ao meu orientador, professor Fábio Pontarolo, por quem tenho profunda admiração e por ter me acompanhado neste desafio de escrever um trabalho quase que inédito, com poucas fontes. Sua ajuda foi essencial para a finalização deste trabalho.

Estendo minha gratidão a todos os professores do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul, por todo conhecimento adquirido ao longo desse percurso.

Aos meus colegas de nova data, Marcelo e João, duas almas espirituosas, que apesar de diferentes, se complementam e deixam os dias de trabalho mais leves. Vocês também foram fundamentais nesse percurso último de conclusão deste trabalho.

A todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, com o desenvolvimento deste trabalho.

E a todos que acreditam e lutam por uma sociedade mais justa.

“Eu queria introduzir a indústria agrícola e a moralidade que me pareciam estar faltando” (Jean Maurice Faivre, 1853, tradução nossa)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo resgatar os fundamentos históricos e filosóficos de construção da Colônia de imigrantes que recebeu o nome de Tereza Cristina, localizada no interior do município de Cândido de Abreu, Mesorregião Norte Central Paranaense. Iniciada como um projeto de nova sociedade modelo dentro do sistema pelo idealizador Jean-Maurice Faivre (1795-1858), então médico francês da corte Imperial que vivia no Brasil. A Colônia Tereza Cristina proporia diversas mudanças na maneira de se organizar a vida em sociedade, especialmente no que se refere às formas de trabalho da época vigente, que baseavam-se na escravidão. Assim, por volta de 1847, Faivre com o auxílio de suas economias e do financiamento oferecido pela Imperatriz Teresa Cristina Maria, esposa de Dom Pedro II, vai até a França e retorna de lá com 63 pessoas, vítimas da miséria do ocidente, para o Brasil em busca de construir seu projeto de sociedade em um local distante e afastado no interior do Estado. Apenas com seus ideais, a pouca verba que recebia do governo e os trabalhadores que conseguiu reunir, especializados em diversas áreas de serviço, inicia uma experiência que seria levada a cabo por 11 anos até sua morte em 1858. A hipótese inicial desta pesquisa, para além das já postuladas, era a de que Faivre, pela ligação com o movimento maçônico que, inclusive levaram à independência do Brasil, bem como com a corte brasileira, seria um adepto dos ideais liberais consagrados no Iluminismo e na Revolução Francesa. A pesquisa, pautada na análise documental e de uma revisão bibliográfica do período, tem confirmado tal hipótese. Filosoficamente, não se têm exatidão ainda de qual teoria teria conferido mais influência à Jean-Maurice Faivre, mas o que é possível de se afirmar é que seu pensamento de nada tinha a ver com mudanças radicais nos sistemas econômicos das sociedades, mas sim de alternativas que aliviassem a exploração e trouxessem bem-estar social a população. Neste sentido, a relevância social da pesquisa está na contribuição com a historiografia paranaense, centrada em discutir que papel e contribuições a experiência da Colônia Tereza Cristina teve nesse processo. E buscaremos a partir disso, compreender também que concepções da época que influenciaram ou não Faivre.

Palavras-chave: Colônia Tereza Cristina. História do Paraná. Jean-Maurice Faivre. Socialismo Utópico. Cooperativismo.

ABSTRACT

The present research of timely foundation of the historical foundations and the philosophers of construction of the Colony of immigrants who received the name of Tereza Cristina, in the interior of the municipality of Cândido de Abreu, Mesoregion North Center from Paraná. Initiated as a project for a new model society within the system by the creator Jean-Maurice Faivre (1795-1858), then a French doctor of the Imperial court who lived in Brazil. Tereza Cristina Colony provides several changes in the way of organizing life in society, especially not referring to the forms of work of the current time, which were based on slavery. Thus, around 1847, Faivre, with the help of his savings and the financing offered by Imperatriz Maria, wife of Dom Pedro II, to France and returns from there with 63 people, victims of the misery of western Brazil in search of building society. in a distant and distant place in the interior of the State. Only the small amount of money it received from the government, the workers who managed to gather, with experience in different areas of service, one that would be carried out for 11 years 58. The initial research hypothesis, in addition to those already postulated, was the that Faivre, due to his connection with the Masonic movement that even led to the independence of Brazil, as well as Brazilian independence, would be an adherent of the liberal ideals enshrined in the Enlightenment and the French. The research, based on documents and a bibliographic review of the period, has confirmed this hypothesis. Philosophically, they have societies that are even more consistent with the theory of Jean-Maurice Faivre, which is possible to say but is that the thought had nothing to do with radicals in the systems of change, but with alternatives that alleviated exploitation and brought social welfare to the population. In this, the social proposal of the research is in the contribution with a theory based on historiographical experience that the role and contributions of Tereza Cristina Colony in this process. From this, we will also understand that the perceptions of the time may or may not influence Faivre.

Keywords: Tereza Cristina Colony. History of Paraná. Jean-Maurice Faivre. Utopian Socialism. Cooperativism.

SUMÁRIO

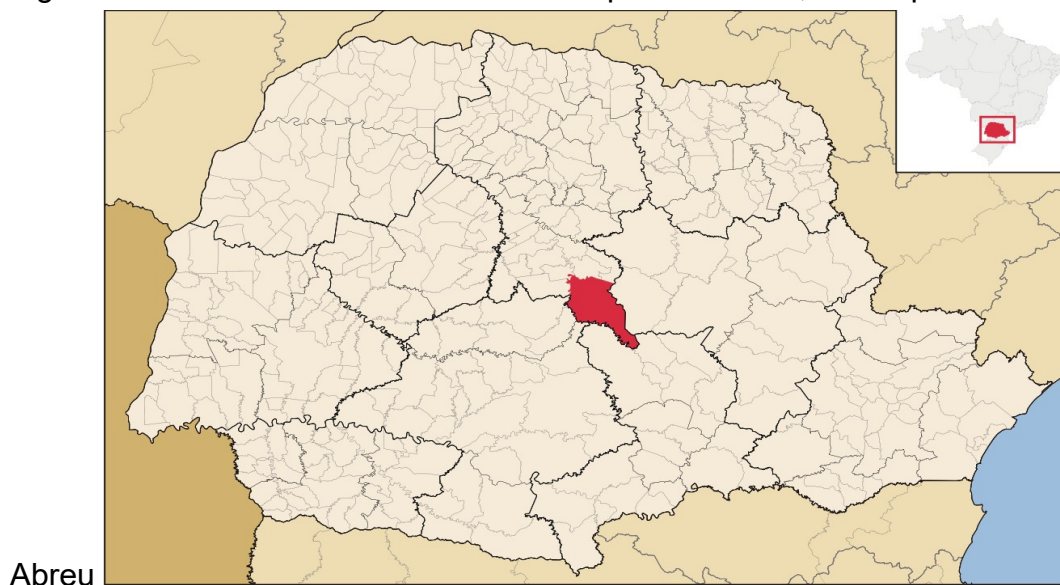
1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CAPÍTULO I – APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS SOBRE A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ: A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA TEREZA CRISTINA	15
2.1	HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ.....	16
2.2	A COLÔNIA TEREZA CRISTINA.....	23
3	CAPÍTULO II – AS BASES DO PENSAMENTO COOPERATIVISTA: DA UTOPIA A CIENTIFICIDADE.....	33
3.1	O PENSAMENTO FILOSÓFICO.....	34
3.1.1	Surgimento do cooperativismo como estratégia de superação do capitalismo.....	37
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	48
	ANEXOS.....	51

INTRODUÇÃO

A Colônia Tereza Cristina, fundada em meados do século XIX traz, em torno de sua construção, diversas discussões a respeito das aspirações que seu idealizador, o médico Jean-Maurice Faivre, teria seguido e tentado pôr em prática.

A pesquisa se constitui num estudo de natureza bibliográfica, com tratamento qualitativo dos dados. Foi utilizado principalmente a revisão de narrativa da literatura para um levantamento de dados históricos e filosóficos estabelecendo relações com produções anteriores, em que o caso sob exame é a construção da Colônia Tereza Cristina, distrito do município de Cândido de Abreu, localizado na Mesorregião Norte Central Paranaense, indicada na figura 1:

Figura 1 – Destacado em vermelho no mapa do Paraná, município de Cândido de



Fonte: Reprodução da internet

O que se sabe de mais preciso, é que Tereza Cristina foi iniciada como um projeto de nova sociedade, como um modelo dentro do sistema imperial da época,

em que seu idealizador, Jean-Maurice Faivre, nascido na França em 21 de Setembro de 1795 tentou pôr em prática. Ele chega ao Brasil no mesmo ano em que se forma em medicina, 1826, e atua como médico junto ao governo imperial. Faivre tinha proximidade com a corte e as elites e desde que chegou começou frequentar eventos e pessoas que influíram decisivamente para rumos do país. Era amigo de pessoas como José Bonifácio de Andrade e Silva e a Imperatriz Thereza Christina¹. (FERNANDES, 1995, p. 27)

Faivre também foi um dos principais responsáveis por fundar a Academia Nacional de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro em 1829. A partir daí, ele passa a se dedicar em pesquisas por várias regiões do Brasil, como Goiás, estudando sobre o tratamento da hanseníase.

Ele atendia várias pessoas com hanseníase, algumas estavam em fase inicial da doença e outras em um grau avançado. Naquele período não existia nem um estudo realizado sobre essa doença, ele passa a ser um dos pioneiros a estudar esse tipo de bactéria. (FERNANDES, 1996, p. 53-54).

Além disso, manifestaram nesta experiência, diversas mudanças na maneira de organizar a vida em sociedade, especialmente no que se refere às formas de trabalho e organização social da época.

No entanto, os estudos já feitos sobre a experiência são mais literários, com uma narrativa até mesmo romantizada e com poucos elementos de teor filosófico e sociológico que permeiam a época e que podem, de fato, terem influenciado Faivre.

Onde o escrito com mais elementos e sobre os aspectos históricos e

1 Amizade de Faivre com a Imperatriz se fortalece após ele ter salvado o filho dela em pleno trabalho de parto, uma cirurgia de risco para época. D. Pedro II e Thereza Cristina ficaram extremamente grato ao Dr. Faivre, motivo em que explica a liberdade que ele teve para construir uma colônia em que se diferenciava das demais, pois se tratava de um período que o Imperador ainda lutava para amalgamar o território, ou seja, qualquer colônia com perfil diferente era tida como ameaça à corte, pois uma colônia tão heterogênea poderia ocasionar revoltas contra o Império e, servindo de exemplo para demais colônias daquele período, como não bastasse, ocorria a Independência da América Espanhola, enquanto Brasil seguia um sistema monárquico após sua independência em 1822. Mesmo ciente de todos estes fatores D. Pedro II, financia este projeto em que Dr. Faivre homenageia sua colônia com o nome da Imperatriz Thereza Cristina. (SILVA, 2017, p. 2421)

originários da comunidade é o estudo feito pelo memorialista local Josué Corrêa Fernandes, em seu livro *Saga da Esperança: socialismo utópico à beira do Ivaí* (2006). A respectiva abordagem vai ao encontro de uma perspectiva que trata a experiência como algo que se aproxima mais do socialismo utópico, embora o próprio Josué afirme acreditar que Faivre não tenha seguido fielmente nenhuma corrente teórica ou filosófica.

Além desse estudo, existem outras manifestações, frutos de pesquisas acadêmicas e que vão mencionar Tereza Cristina como sendo a primeira experiência cooperativista do país, baseada principalmente nos primeiros modelos de fábricas em cooperação de Robert Owen, socialista utópico inglês que defendia o fim da propriedade privada, com a criação de uma sociedade comunista. (MADOENHO, 2009)

No entanto, parece que a linha que apresenta a comunidade como fruto do ideal ora cooperativista, ora socialista acaba não abordando as diferentes perspectivas que estes dois temas apresentam, justamente por não proporcionarem um entendimento maior das visões, sobretudo das teorias.

Dado o contexto, a hipótese que se observa é de que o pensamento iluminista, expresso politicamente pelo jacobinismo² é que realmente acompanhou Faivre e não o socialismo utópico, já que o primeiro estava ligado aos ideais liberais e abolicionistas. Ele em todo momento deixava muito claro suas intenções de reconstituir ali uma comunidade livre da escravidão, em que todos fossem iguais e principalmente, vivessem de forma fraterna. Apesar de algumas relutâncias em admitir que seu pensamento poderia estar ligado aos princípios iluministas da época – “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – suas ideias práticas apresentam

2 Enquanto o iluminismo foi o movimento teórico e intelectual posterior ao renascimento que solidificou a ciência como mola propulsora do mundo, o Jacobismo, movimento político republicano, foi, por sua vez, inspirado pelos ideais iluministas, que no caso francês teve como principal expoente a figura de Jean-Jacques Rousseau.

alguns indícios que corroboram com tal afirmação.

A história também demonstra que naquela época, segunda metade do século XIX, período do Governo de Dom. Pedro II, havia também uma intencionalidade no governo Imperial em permitir e mesmo financiar esse tipo de experiência imigratória, a fim de desenvolver o país em termos de modernização e mecanização do campo, até então ocupado apenas por indígenas. Para o governo a fundação dessas colônias agrícolas, formadas e administradas por europeus, seria um bom exemplo e estímulo para a mudança dos padrões produtivos no país.

Embora, para se pensar uma organização diferenciada para os moldes da época, possamos muito tomar como exemplo a própria organização indígena, fundamentada no trabalho coletivo, em que os interesses comunitários estavam acima dos econômicos.

Portanto, este trabalho apresenta um estudo a respeito justamente das bases filosóficas e teóricas da época e tenta aproximar tais dados com os fundamentos que nortearam Jean-Maurice Faivre a conduzir tal experiência.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é retomar a historiografia paranaense, identificando nela o modelo de criação da Colônia Tereza Cristina e analisar as intencionalidades deste projeto através dos pressupostos filosóficos e políticos que influenciaram o período.

Para tanto é necessário retomar debates sobre as concepções de mutualismo, reciprocidade e cooperativismo que influenciaram as organizações da classe trabalhadora no século XIX. (KROPOTKIN, 2009)

Entre os objetivos específicos, procuramos compreender, a partir dos processos historiográficos da colonização da Província do Paraná, o que levou a necessidade de atrair um grande contingente de imigrantes europeus para certas regiões do país e qual papel eles tiveram nesse curso. Enfatizando, em especial, a história de um desses núcleos coloniais criados: A Colônia Tereza Cristina.

Também buscamos fazer uma discussão com os clássicos do socialismo utópico – Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), e Robert Owen (1771-1858) – sobre sua origem, seu desenvolvimento histórico na Europa e como esses autores encaram e fundamentaram o processo de transformação de uma sociedade mais justa para aquele momento.

Por fim, procuramos analisar ainda os pressupostos do cooperativismo, com foco na sua criação, identificando as possíveis influências dessa doutrina de desenvolvimento que une o campo econômico, mas principalmente social, baseado na produtividade e sustentabilidade, individual e coletivo.

Foram utilizados também dados secundários na pesquisa, como documentação, livros que abordam direta ou indiretamente o tema, periódicos (jornais, revistas etc), artigos, documentos monográficos, sites e imagens.

Nosso estudo contempla dois matizes, um de natureza mais historiográfica, no qual recuperamos o papel da Colônia na história e outro mais teórico, na qual serão abordadas as concepções filosóficas de tendências que influenciaram Jean-Maurice Faivre.

2. CAPÍTULO I – APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS SOBRE A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ: A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA TEREZA CRISTINA

Adotando esse pensamento como verdade indiscutível e como base de conduta, diz Jean-Maurice que, em maio de 1846, partiu para a França, incentivado inclusive pela promessa da Imperatriz em lhe ajudar com seis contos de réis. Em seu país natal, assim que ficaram sabendo que desejava reunir colonos para trazê-los ao Brasil, apresentaram-se eles aos milhares, tendo, então, que escolher sessenta e quatro pessoas apenas, por medida de prudência e até por falta de dinheiro, para sustentar despesas de um maior número de pessoas. Todos os escolhidos estavam contentes pelo fato de saírem da França, não os espantando o fato de que teriam que se radicar no meio de florestas virgens, longe de lugares habitados. Houve, então, promessa solene de todos que seguiram os planos e as intenções daquele que os convocava.

Na prática, porém, o contrário aconteceu, com os colonos desanimando, pressionados pela solidão e pelo trabalho árduo: “Todos foram embora, menos uma família e três solteiros, dos quais dois morreram por acidente”. Nenhum documento escrito, porém, fora feito com essas pessoas que, assim, não puderam ser compelidas a qualquer serviço nem mesmo a restituções das grandes somas despendidas em seu favor. “Mas que necessidade havia de contrato escrito, se o que eu lhes havia pedido era tão simples!”, exclama Faivre: paga todas as despesas de transportes ao Brasil, “num belo clima, sobre uma terra fértil, onde eles viriam a ser imediatamente proprietários”, teriam eles, ainda, por três anos, o fornecimento adiantado de roupas, víveres e ferramentas de trabalho. Pagar, depois, a Faivre? Não... Após dez ou vinte anos, quando tivessem plenas condições, o único dever que se lhes impunha era o de dispensar a outra pessoa, o mesmo benefício que haviam recebido “impondo a elas a mesma obrigação, e assim pelo futuro afora.”
(Josué Corrêa Fernandes)

A primeira parte do presente capítulo busca realizar a historiografia da colonização da Província do Paraná, antes mesmo desta se tornar província, bem como alguns elementos da disputa de liberais e conservadores pela emancipação da Comarca de Curitiba, destacando para o papel e importância que os imigrantes

tiveram nesse jogo político.

Amarrada a esta ideia, está também a contextualização histórica da fundação da Colônia Tereza Cristina, objeto deste estudo.

2.1 HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Na história, a fundação da Colônia Tereza Cristina, em 1847, é uma vanguarda entre os primeiros processos de imigração e ocupação do Paraná (antiga Província de São Paulo que recebia o nome de Comarca de Curitiba), a qual fazia parte também da política de povoamento do território brasileiro.

Figura 2 - Província de São Paulo antes do desmembramento do Paraná em 1853



Fonte: Reprodução

Figura 3 - Mapa da Província do Paraná em 1866



Segundo a pesquisadora Rosângela Ferreira Leite, em seu livro “Nos limites da exclusão: Ocupação territorial, organização econômica e populações livres

pobres (Guarapuava, 1808-1878)” para as elites intelectuais brasileiras, a introdução de imigrantes europeus significava a possibilidade de civilizar o universo rural e disseminar povoadores brancos pelo vasto território. (LEITE, 2010, p. 183)

A partir do final do século XVIII também ocorreram diversas mudanças no Brasil – que marcaram o início da crise do sistema colonial, bem como das formas absolutistas de governo – e persistiram influenciando durante todo o século XIX. Se consideramos 1822, ano da independência brasileira, cujas ideias em voga eram as ideias republicanas, maçônicas e abolicionistas, inspiradas no iluminismo. As sociedades mais avançadas deste século eram França e os Estados Unidos, por isso não é de se surpreender que tenham influenciado tanto.

Entretanto há um diferencial na maneira como os ideais liberais manifestaram-se no Brasil, pois como aponta Emília Viotti da Costa (1989, p. 132-133)

Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil, as ideias liberais teriam um significado mais restrito, não se apoiariam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função. Os princípios liberais não se forjaram, no Brasil, na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza. Foram importados da Europa. Não existia no Brasil da época uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas idéias. Os adeptos das idéias liberais pertenciam às categorias rurais e sua clientela. As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava. A escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil.

A fim de compreender como esses elementos da história se relacionam, em particular, com o processo de ocupação da província paranaense e com a história da Colônia Tereza Cristina, seguimos falando sobre a intencionalidade das imigrações. Canieli e Mota (2011, p. 129) enfatizam que

A migração estrangeira para povoar o Paraná teve início em 1828, quando chegaram os primeiros alemães na região de Rio Negro, e continuou com a posse do primeiro presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos. Ele via o imigrante como o indivíduo “trabalhador”, que traria técnicas e desenvolveria a agricultura, de que a província necessitava.

Os mesmos autores verificaram ainda que as colônias de povoamento com imigrantes europeus eram citadas seguidamente pelos governantes nos relatórios, demonstrando a preocupação em dinamizar a instalação de colônias produtoras de gêneros agrícolas para suprir o mercado local e a comercialização do excedente, como também a criação de mão de obra assalariada. (CANIELI; MOTA, 2011)

Segundo Costa (1989, p. 99) esses núcleos, tinham objetivos demográficos, orientados pela necessidade de povoar o território. Também Balhana (2002, p.362), da mesma forma, observou que a política de imigração estava, no Governo Joanino e no Primeiro Reinado, orientada para preencher “vazios demográficos”. Todavia, essa visão eurocêntrica e acrítica que se consolidou acerca da História paranaense e, sobretudo, do papel desempenhado pelos povos que ocuparam o Estado, foi questionada por Lúcio Tadeu Mota, quando investigou a presença indígena no Paraná e as diferentes formas de resistência de uma população ainda hoje presente no Estado, os Kaingang, os Guarani e os Xetá. (MOTA, 2009).

Neste trabalho, originalmente fruto de uma dissertação de mestrado defendida em 1992, Mota apresenta as evidências que recolheu acerca da tese do vazio demográfico e discute a construção da ideia, sua difusão em diferentes áreas do saber e sua perpetuação através de livros didáticos e obras sobre a “colonização” do Paraná. Mota explicitou como se deu a construção deste mito do vazio demográfico. Ou, em suas palavras: “Ao discutir a questão da imigração moderna no Paraná, alguns 33 historiadores utilizam a expressão ‘imigração para povoar vazios demográficos’ para explicar o surgimento dos primeiros núcleos

coloniais.” (MOTA, 2005, p. 52)

Existia também uma segunda orientação referente a vinda dos imigrantes, a de obtenção de trabalhadores para as demandas nas lavouras de café, expressa na própria legislação imperial como observou Iotti:

Basicamente até 1840, a política imigratória brasileira estava voltada para a criação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade. A partir desta data, intensifica-se o conflito de pressões entre, de um lado, os grupos representativos do pensamento democrático, partidários da instituição de ‘colônias’ de pequenos e médios proprietários, e, de outro lado, a camada dos latifundiários do café que impunham, cada vez mais fortemente, a solução ditada por seus interesses: a política de ‘braços livres’, isto é, a importação de trabalhadores estrangeiros para a substituição, em suas fazendas, do decadente e já improdutivo trabalho escravo (IOTTI, 2003 apud MENDONÇA, 2015, p. 208)

Entre os anos de 1847 e 1860, no Paraná, foram fundadas apenas três colônias (Anexo A), sendo uma delas a Colônia Tereza e de Superagui e Assungui, das quais, as duas primeiras eram de iniciativa particular e a última de iniciativa imperial.

Sendo assim, a formação da Colônia Tereza Cristina não aconteceu de forma isolada, como defendem alguns estudos. Nos próprios relatórios escritos por Faivre em 1844-1846, ele citou a Colônia Sahy, que foi formada pelo também médico francês Benoit Jules Mure na Província de Santa Catarina no ano de 1842, e que possuía mão de obra assalariada, ou seja, esse modelo de colonização foi implantado em diversas regiões do país. Essas políticas de colonização resultaram na formação de núcleos coloniais em várias regiões diferentes do país, que eram administrados por diretores, indicados pelo governo Imperial ou Provincial. (SILVA, 2019, p. 120).

Esses projetos de colonização também tinham por objetivo introduzir no país

novas e produtivas técnicas agrícolas destinadas ao abastecimento interno. Boa parte das políticas imigratórias desenvolvidas no século XIX se devem a uma série de problemas e de mudanças sociais que afetaram a economia brasileira. Principalmente a falta de produtos alimentícios devido à produção em grande escala utilizando toda mão de obra cativa e visando o mercado externo.

De acordo com Caio Prado Júnior (1998), o impasse constituído pelo fim do sistema escravista proporcionou novo fôlego para incentivo da imigração e da colonização. No caso paranaense, é possível que este problema não fosse tão saliente, na medida em que a economia local não estava alicerçada unicamente na mão de obra escrava. A elite local considerava que só o braço estrangeiro, proprietário e livre, conseguiria desenvolver a província. O Paraná era uma província que recebeu sua emancipação política há pouco tempo e que via na ocupação territorial uma forma de garantir seu espaço político.

Embora a Colônia Tereza Cristina tenha se constituído como um desses núcleos coloniais instalados na província por iniciativa particular, e que contava com algum auxílio do Império, ela também fez parte de um dos mecanismos de atrair trabalhadores estrangeiros e nacionais com o intuito de gerar mão de obra.

Com essa convicção, Nishikawa vai destacar que

A Lei de Terras, aprovada em 18 de setembro de 1850 (duas semanas depois da Lei Eusébio de Queiroz), tentou resolver dois problemas: a regularização territorial e a imigração (artigo 18). A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões gratuitas de terras como foi durante o regime de sesmarias. O único acesso sobre as terras consideradas como devolutas seria a compra, com exceção das terras situadas nos limites do Brasil. (NISHIKAWA, 2007, p. 17)

Anterior a este, em 1843, quando foi apresentado o primeiro esboço do projeto da Lei de Terras à Câmara dos Deputados já aparecia fixado uma discussão

sobre a importação de braços estrangeiros. (CARVALHO, 1988, p. 94)

Com a publicação da Lei de Terras (1850), em benefício aos grandes latifundiários, os pequenos sítiantes encontravam-se mais isolados, pois no momento de reestruturação fundiária, sem escrituras de propriedade, os sítios tendem a desaparecer, no período em que se acirraram as disputas pela terra como é o caso da população da Colônia Tereza Cristina. Mas, não foi sempre assim, enquanto a Colônia possuía uma administração politicamente influente, não foi encontrado nenhum relatório que questionasse a regularidade de suas terras.

O que levou também uma parcela dos grandes proprietários a incentivar a vinda do imigrante para o Brasil, teria uma explicação:

A primeira (explicação) diz respeito ao regime de propriedade rural dominante no Brasil, ou seja, o regime de latifúndio que consegue subsistir, apesar da abolição da escravatura. Ao contrário do que desejaram alguns sonhadores, a Abolição não significou o fim do latifúndio. O regime subsistiu porque os grandes proprietários forçaram os governos a fornecer-lhes auxílios, subvenções, reversões, valorizações, enfim, toda a sorte de artifícios destinados a perpetuar uma ordem econômica que, a rigor, já estava caduca (...) Essa instabilidade explica a luta dos fazendeiros para que sempre chegassem ao Brasil novos imigrantes. Era necessário que o seu número fosse muito acima das necessidades reais da lavoura, que a oferta de mão-de-obra excedesse a muito a procura, a fim de que os “colonos” se contentassem com salários razoáveis e pudessem também ser substituídos com facilidade. (CARNEIRO, 1950 apud NISHIKAWA, 2007, p.83)

Outro aspecto importante apontado por Nishikawa que corrobora com a ideia de atração de colonos seria a “a figura do empresário de colonização”, que tinha o papel de atrair, transportar, negociar e alocar trabalhadores.

Para atrair esses colonos, surge a figura do empresário de colonização. Esse empresário teve como papel, aliciar, transportar, negociar e alocar

trabalhadores, servindo como mediadores entre a Europa e o governo provincial e imperial. Seu papel, até então, discreto na historiografia, foi fundamental para a vinda de mão-de-obra europeia ao Paraná” (NISHIKAWA, 2007, p.143)

Os colonos que foram destinados a Colônia Tereza Cristina formavam um tipo específico de sistema, o de colônias agrícolas, subsidiadas pelo governo provincial e sua produção tinha como destino o abastecimento do mercado interno. Os recursos utilizados para atrair novos colonos eram através da aquisição de uma propriedade, a localização de lotes previamente divididos e demarcados em núcleos coloniais constitui-se sempre em forte fator de “atração” aos indivíduos. Ao chegarem à colônia, deveriam assinar um contrato e seguir as diretrizes dadas pelo seu diretor. (SILVA, 2019, p. 103)

Em carta encaminhada por Faivre ao Presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, no ano de 1858, ele explicava que na colônia todos trabalhavam sem exceção. Todas as famílias eram responsáveis pela produção de alimentos, minimamente para subsistência, sujeito a multa caso isso não acontecesse. Tudo que era colhido na colônia era armazenado, cada indivíduo retirava os grãos que achava necessários para sua alimentação.

Cada colono deve ter plantações em milho, feijão, mandioca e quanto bastar para o sustento de sua família, ou mostrar por um ofício, ou qualquer outro trabalho que poderá viver honrosamente, no caso contrario ficará suspeito de tirar do outro a sua subsistência e permanecendo nesse estado será expulso da colônia. (FAIVRE, apud SILVA 1858, p. 103).

Assim, entende-se que o processo de criação da província do Paraná estava diretamente ligado aos planos locais do Império, principalmente concentrados em dois líderes: João da Silva Machado – posteriormente Barão de Antonina – e

Francisco da Rocha Loures, ambos souberam aproveitar muito bem a regionalização do jogo político através da formação da nova província.

João da Silva Machado foi um dono de tropa riograndense que começou a se destacar fazendo transporte de animais entre o Sul e a feira de Sorocaba, e que soube bem favorecer-se pessoalmente através dos projetos políticos. Tanto que,

Envolvido, desde o início do século, na colonização dos sertões do Tibagi, na formação de aldeamentos, na criação de colônias de imigrantes e na abertura de estradas, Antonina foi o maior representante de um grupo dirigente que constituiu fortuna no envolvimento nesse tipo de empresa e que fez dessas iniciativas parte do programa da província constituída a partir de 1853. (LEITE, 2010, p. 279)

Importante compreender também essa estreita ligação que pessoas como o futuro Barão de Antonina possuía, bem como seu interesses econômicos nas terras.

Leite (2010, p. 187), ao tratar da formação da colônia Tereza Cristina evidencia que “[...] João da Silva Machado participou ativamente da concepção do núcleo colonial, do transporte, da definição dos terrenos para a alocação, da exploração dessas áreas e do fornecimento de viveres para o recém-criado povoado.”

Tanto que, após o declínio da colônia, quem tomará frente na administração das terras e alocação de novos imigrantes será ele.

2.2 A COLÔNIA TEREZA CRISTINA

Como apontado no tópico anterior, o Brasil recebeu na primeira metade do

século XIX uma série de projetos que visavam estabelecer formas alternativas ao trabalho escravo, bem como de incorporar uma agricultura mais “europeizada”.

Foi nesse momento, de aparecimento de alternativas ao trabalho escravo, que surgiram colônias como a de Tereza Cristina, composta de imigrantes franceses, no vale do Ivaí, região de Guarapuava, em 1847. Sendo que no Brasil da primeira metade do século XIX, a influência dos costumes e das ideias francesas era notória, logo a escolha do imigrante francês revelava o caráter civilizador da organização. (LEITE, 2010, p. 182-183)

É importante lembrar que no início desse mesmo século, em 1822 deu-se a Independência do país, a partir da qual foram sendo introduzidas algumas tendências inspiradas no iluminismo, como as ideias republicanas, maçônicas e abolicionistas.

Inspiradas por estas e talvez outras ideias, como trataremos mais adiante no segundo capítulo deste estudo, estavam pessoas como, Jean Maurice Faivre, o idealizador e fundador do núcleo colonial de Tereza Cristina.

No entanto, é preciso reforçar que a independência brasileira, em termos estruturais, não significou uma ruptura social com o sistema, mas sim uma continuidade, pois manteve a estrutura agrária, a escravidão e a distribuição de renda desigual.

Quanto à Jean Maurice Faivre, ele vem ao Brasil buscando aprimorar seus conhecimentos nas questões de saúde no país, inclusive desenvolvendo várias pesquisas no tratamento de hanseníase e do bócio, doenças que assolavam o país na época. Aqui, desde em 1826 para atuar no Hospital Militar da Corte, ele foi médico particular da família Imperial e um dos fundadores da Academia de medicina no Rio de Janeiro. (SILVA, 2017, p.2422)

Mas o que o deixou realmente admirado no Brasil, foi a quantidade de “terras inabitadas” e a produtividade tanto do solo como do clima. Faivre estava

empenhado em construir algo muito semelhante com a proposta do teórico humanista inglês, Thomas More. (FERNANDES, 2006, p. 102)

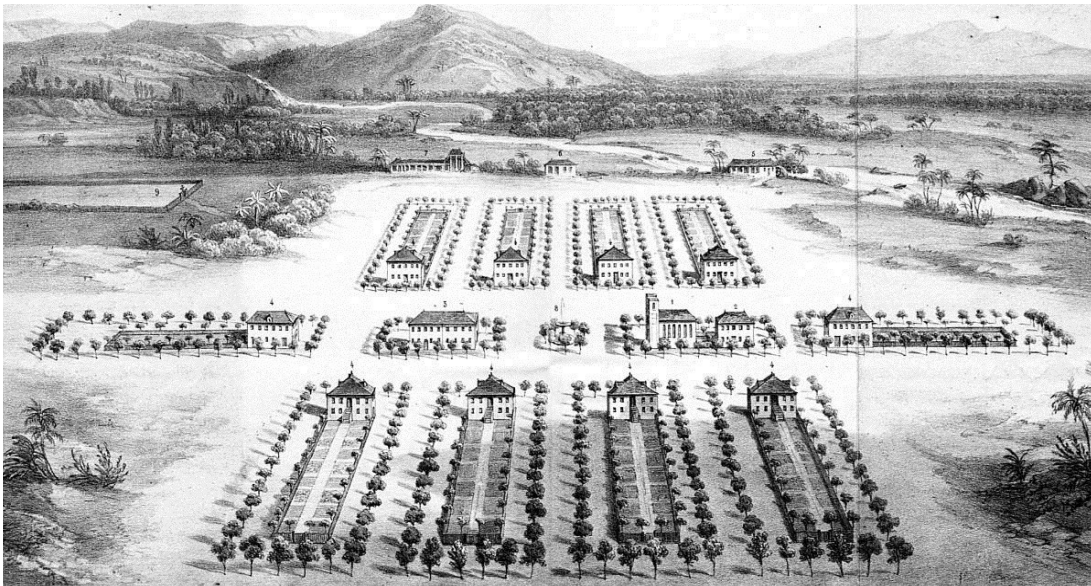
More, em 1516 apresenta em sua principal obra, “A Utopia”, a ideia de uma ilha que seria o Estado perfeito para se viver, baseado na liberdade e cooperação entre seus habitantes, onde

As terras foram tão bem distribuídas aos habitantes que a distância de cada cidade até a extremidade de seu território não é nunca inferior a doze milhas; às vezes pode ser superior, dependendo da distância das cidades entre si. Nenhuma delas deseja aumentar seu território, pois os utopienses consideram que as terras são mais para serem cultivadas do que para serem objeto de posse. (MORE, 1997, p.49)

Analisando as definições fornecidas podemos aproximá-las da atitude de Faivre que, logo após ter assumido a tarefa de organizar a Colônia, requisitou uma gravura com a representação de um núcleo autossustentado, com espaçosas residências, escola, biblioteca, gabinete de história natural, e laboratórios de química e física, que deveriam ser distribuídas por amplas avenidas que dariam em uma praça central com fonte de água. (LEITE, 2011, p. 182)

Após essas análises bibliográficas, podemos contemplar também a representação do croquis da “Vila Agrícola Thereza Christina”, elaborado por Faivre e arquivado no Museu Nacional de Paris e reproduzida por Fernandes (2006, p. 238),

Figura 4 – Croquis da Vila Agrícola Thereza Cristina



Fonte: FERNANDES, 2006, p. 238

Na representação podemos observar que o território sugerido por Faivre era bem distribuído, harmônica e geograficamente. Pensado em forma de pequenos lotes, casa comunitária com biblioteca, onde não haveria centro nem periferias, mas um espaço comum que seria ocupado por todos de maneira igual, com as plantações no entorno, preferencialmente, próximas ao rio. Onde ficariam também as pequenas indústrias como os moinhos, serraria, olaria, estabelecimento para tecelagem e etc.

Diante dessas duas informações, tanto o que More explana como o desenho arquitetônico do território produzido por Faivre, é possível estabelecer relação entre a fundação da colônia com as teorias do socialismo utópico de More. De acordo com Fernandes (2006), Faivre

Em seu poder, guarda o esboço do que imagina venha a ser a Vila Agrícola Thereza: casa de dois andares, onde deverão residir por volta de vinte famílias, localizadas em lotes cercados, com ampla horta nos fundos e rodeado de árvores frutíferas. Dez unidades dessas habitações coletivas constituem o núcleo da Colônia.

(FERNANDES, 2006, p. 62)

E continua Fernandes (2006, p. 62):

E ao longe, enlaçando a povoação, as terras destinadas à agricultura, cortadas pelo serpejante Ivaí. Ao fundo, próximo às barrancas do Rio Ivaí, os demais estabelecimentos: a serraria, o moinho de cereais, a casa de fiação e a olaria. Mais à esquerda, a ampla área reservada ao cemitério.

Em busca de famílias que constituíssem o novo núcleo colonial e uma experiência de trabalho livre, Jean Maurice viajou para Bélgica e depois para a França, onde pretendia conseguir mais famílias para sua iniciativa. No entanto, poucas famílias se interessaram na proposta de ir para a América, sendo que a ideia original era trazer apenas famílias, como não foi possível, poderiam embarcar qualquer indivíduo, com ou sem família. (LEITE, 2010 p. 186)

E apesar de Fernandes (2006, p. 112-113) trazer uma concepção eurocêntrica de que Faivre

[...] não procurou arrebanhar no país natal, pessoas desqualificadas [...]. Das centenas de pessoas que acorreram à sua convocação, selecionou as que considerou melhores para os objetivos: agricultores, oleiros, médico, professor, moças e rapazes em idade casadoura que viessem a ajudar no processo caldeamento de uma nova raça.

Essas, porém, não são afirmações de Faivre. De acordo com Faivre (1844, p. 6 apud SILVA, 2019, p.51):

Podemos observar nos manuscritos deixados pelo fundador da Colônia

Thereza Christina intitulados pelo autor como “Princípios básicos de um modo de colonização para o Brasil”. Faivre (1844-1846) escrevia em seus panfletos que “nós seremos todos iguais; não haverá entre nós nem primeiro nem último” (p.1). Argumento muito bem empregado para convencer os parisienses a deixar seu país, pois quando nos referimos a França de 1846 observamos um país dividido entre o poder político monárquico e o republicano. Faivre continua dizendo em seu panfleto que “o Brasil, é um país tranquilo, de uma extensão imensa, com falta de habitantes, e governado constitucionalmente por um jovem Imperador, no qual a bondade natural se coaduna com o coração generoso de sua Esposa.

Faivre, regressando de sua jornada da França para o Brasil em 18 de fevereiro de 1847 com cerca de 63 pessoas, das quais haviam várias habilitadas e úteis em diversas áreas que poderiam levar ao desenvolvimento da “Vila Agrícola Thereza”, chega a província onde daria início ao seu ambicioso projeto.

Jean-Maurice, enfim, ao cabo de quase dois meses de viagem marítima, retornava ao Brasil, trazendo aqueles que o ajudariam a desbravar os sertões fechados da Comarca de Curitiba, abrindo-lhes as primeiras clareiras da civilização na exuberante mesopotâmia plantada entre os Rios Paraná, Ivaí e Tibagi. (FERNANDES, 2006, p. 72)

Logo após chegarem em Paranaguá, onde são inspecionados pela autoridade portuária, são conduzidos então para o Porto de Antonina, no Litoral do Paraná, onde desembarcam e fazem parada. Em seguida, após conseguiram animais para longa viagem que haveriam de fazer até chegar no pouso definitivo da expedição, segue subindo a Serra do Mar, passando por Ponta Grossa e abrindo a densa mata da região até alcançarem as margens do Rio Ivaí. (FERNANDES, 2006, p.72)

Como Faivre não sabia ao certo qual direção seguir, apenas que seria nas proximidades onde o Rio Ivaí nasce, acima ou abaixo, sua primeira parada acaba

fixando-se algumas léguas abaixo da atual Thereza Christina no local conhecido depois como Colônia Velha. Entretanto, o próprio Faivre não esclarece isso em seus escritos, deixando apenas a certeza de que houve um lugar anterior ao pouso definitivo e que deste, foi obrigado a sair por causa da hostilização dos indígenas kaingang. (FERNANDES, 2006, p. 91)

Finalmente, em maio de 1847, Faivre e seus seguidores chegaram no lugar onde seria fundada em definitivo a Vila Agrícola Thereza. Sendo que, o primeiro passo do grupo, que já veio abrindo picadas em meio a mata, era o reconhecimento da área, para que conseguissem construir melhor as casas provisórias e obterem alimentos através da pesca e caça de pequenos animais. (FERNANDES, 2006, p. 94-95)

Posteriormente a essa organização inicial, o recém-formado povoado seguia

Auxiliado por Ader, que tinha conhecimento de topografia, fez um plano rápido e provisório a respeito do lugar escolhido para a Vila Agrícola Thereza: bosquejaram quadras e ruas a partir da margem do Rio Ivaí, convencionando que as residências ficariam mais ao fundo e que, nas barrancas, onde seria aberto o canal de pedra desviando parte das águas, seriam construídos o moinho, a serraria, a fiação e o alambique. No centro haveria espaço para a praça. (FERNANDES, 2006, p.96)

Também iniciam-se os serviços nos campos dos arredores onde foram formados os pastos e do outro lado do rio, as primeiras plantações de feijão, milho, arroz, linho³, trigo, algodão, mandioca, cana-de-açúcar, fumo e videiras. (FERNANDES, 2006, p. 96)

Já Faivre, além de cuidar de seus afazeres como diretor da colônia, também exercia o atendimento médico na Colônia, o qual não cobrava da população mas

³ O linho é uma planta da qual o tecido de linho é obtido através de muito processamento para fazer as fibras e, posteriormente, o tecido. Embora o linho seja um produto obtido do caule da planta do linho, são duas coisas separadas. A planta do linho tem muitos subprodutos que vão desde fibras a medicamentos, géis, sabão, arrastão, papel, tinturas e as sementes da linhaça, são oriundas dessa planta.

recebia mensalmente, certa quantia, direto do governo imperial.

A questão da educação das crianças sempre foi uma das preocupações de Faivre, dentre as pessoas que o acompanharam da França, Félix Antônio Condamine, foi quem ficou responsável pela instrução dos menores, após Robert Ader perdendo o entusiasmo com a Colônia, e também a deixar partindo para vilas mais desenvolvidas nas proximidades. Ao que dá a entender, somente os meninos participavam das instruções, que eram de aritmética, caligrafia, história, geografia, português e francês. Tempos depois, com a instalação da província, em agosto de 1854, Faivre solicitou ao presidente que “criasse oficialmente uma escola de instrução primária em Thereza Cristina”, sendo ministrada por um professor (para os meninos) e uma professora (para as meninas). (FERNANDES, 2006, p. 116-117)

Uma outra questão sinalizada por Fernandes (2006, p. 117) que sempre atormentou Faivre era a precariedade das estradas que “ligavam Thereza Cristina a Ponta Grossa e Guarapuava”. Além da falta de recursos e instrumentos adequados para a construção das estradas e as estações chuvosas que destruíram rapidamente os traços abertos, havia também a presença de indígenas que os hostilizavam, impedindo que essas atividades fossem para frente.

Inesperadamente, apenas um mês depois da chegada dos imigrantes, por volta de junho de 1847, já aparecem fiscais das autoridades municipais de Paranaguá na vila, trazendo determinações do governo provincial de São Paulo para que o mais rápido possível fosse dada informações sobre a situação da colônia e do progresso dos trabalhos. (FERNANDES, 2006, 96)

No ano seguinte à fundação, já se percebia que a Vila Thereza não era um pequeno amontoado de cabanas, sem ruas traçadas e sem um plano preestabelecido de urbanização. Ao contrário, como pensará Jean-Maurice, desde o início, dividiu-se perfeitamente a zona em que ficariam as residências, com os quintais, com a rua à frente, daquela onde seriam erigidos os estabelecimentos de uso comum, para a fiação de algodão e

do linho, para o corte e beneficiamento de madeiras, além da olaria em que os colonos fabricariam telhas e tijolos com formas rudimentares. O alambique para o preparo de aguardente e o moinho, onde o milho e o trigo seriam processados, também ficariam nas margens do rio, próximos das outras indústrias comunitárias. (FERNANDES, 2006, p. 99-100)

Assim, ao longo dos anos foram surgindo pequenas fabriquetas – de olaria, rapadura, trigo e farinha – provenientes das plantações comuns e que abasteciam as regiões próximas. De acordo com Leite (2010, p. 189) “A maior parte da aguardente consumida durante o ano na vila de Guarapuava era procedente de Tereza Cristina”.

Analisando ainda as definições fornecidas por Leite (2010, p. 190) nas quais destaca que o povoado só conseguiu produzir gêneros agrícolas com certa regularidade porque durante os primeiros anos de assentamento recebia recursos enviados pelos governos central e provincial.

Por conseguinte a esse período de prosperidade, em 1858 começa-se o declínio da colônia. Inicialmente com as plantações, que foram destruídas por grandes enchentes, depois pelos seguidos abandonos à colônia.

Para o historiador Bigg-Wither, que esteve na colônia em 1873, era

[...] curioso observar o trabalhador britânico de classe inferior que trabalhava dez horas por dia com picaretas e pá ganhando quantidades ínfimas na Inglaterra, quando chegava ao Brasil, não se sujeitava a caminhar por cinco horas ou queixava-se por acender um fogo e preparar suas próprias refeições. (1974 apud LEITE, 2010, p. 199)

Assim, as promessas de uma vida e sociedade mais justa, não só não se sustentaram por muito tempo como também foram minguadas diante das dificuldades encontradas, e do desespero em meio a falta de recursos e a pobreza.

Dali em diante, a maioria das pessoas aos poucos foram desertando para

outras vilas, principalmente após a morte de Faivre em 1858, quando quem ficará à frente da administração é Gustavo Rumbelsperger.

Assim, logo após os primeiros anos de assentamento dos colonos, foram escasseando os auxílios, sem produção para gerar fundos que pagassem os subsídios concedidos, também não conseguiam fazer novas plantações. Mesmo sem perspectiva, e após a morte de Faivre, o núcleo continuou recebendo “interventores que funcionavam, nessa nova etapa, como autoridades políticas. Esses contaram com cada vez menos incentivos públicos para a manutenção da colônia”. (LEITE, 2010, p. 190-191)

Em 1858, quando Faivre faleceu, a colônia que idealizara e construía contava com 200 colonos. Destes, somente 22 eram estrangeiros. Ainda que entre os 178 brasileiros pudessem estar contabilizados filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, o que os registros das autoridades informam é a predominância da população autóctone no núcleo colonial. Este dado, antes de significar o “fracasso” do projeto de Faivre, denota a importância dos chamados “nacionais” para o sucesso do empreendimento. (MENDONÇA, 2015, p. 2016-2017)

3. CAPÍTULO II – AS BASES DO PENSAMENTO COOPERATIVISTA: DA UTOPIA A CIENTIFICIDADE

“Também não é amor, nem simpatia pessoal, que leva muitos milhares de gamos, espalhados por um território do tamanho da França, a formar dezenas de rebanhos distintos, todos marchando em direção a um determinado ponto para cruzar um rio. É um sentimento infinitamente mais amplo que o amor ou a simpatia pessoal – é um instinto que vem se desenvolvendo lentamente entre animais e entre seres humanos no decorrer e uma evolução extremamente longa e que ensinou a força que podem adquirir com a prática da ajuda e do apoio mútuo, bem como os prazeres que lhes são possibilitados pela vida social (KROPOTKIN, 2009, p.14)

O número e a importância das instituições de ajuda mútua, formadas pelo espírito criativo das massas de selvagens e semisselvagens durante o período mais antigo dos clãs humanos e, mais ainda, durante o período seguinte, da comunidade aldeã, e a enorme influência que essas primeiras instituições exerceram sobre o desenvolvimento subsequente da humanidade até os tempos atuais induziram-me a estender minhas pesquisas aos períodos históricos posteriores e principalmente a estudar o mais interessante de todos eles, o das cidades-repúblicas livres da Idade Média, cuja universalidade e impacto sobre nossa civilização moderna ainda não receberam a devida consideração (KROPOTKIN, 2009, p.16)

E, por fim, procurei mostrar sucintamente a imensa importância dos instintos de ajuda mútua, herdados pela humanidade de sua evolução extremamente longa, presentes até hoje em nossa sociedade moderna, que se supõe estar baseada no princípio de “cada um por si e o Estado por todos”, mas que nunca conseguiu e nunca conseguirá tornar-se realidade. (KROPOTKIN, 2009, p.17)

O cooperativismo surgiu em reação aos efeitos negativos gerados pela revolução industrial na Europa do século XVIII, propondo um modelo que contribuiria para solucionar os problemas políticos, econômicos e sociais dos diversos segmentos da sociedade, através da criação de empreendimentos cooperativos que possuem características próprias e se fundamentam nos valores humanos e na dignidade pessoal.

No Brasil, os primeiros sinais do movimento cooperativista apareceram no começo do século XX, principalmente no Estado de São Paulo que recebeu grande contingente de imigrantes italianos que importaram os ideais anarquistas para cá. Os primeiros jornais, como *A Batalha Social* ainda eram escritos em italiano, mesmo no Brasil.

3.1 O PENSAMENTO FILOSÓFICO DA ÉPOCA E POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS SOBRE JEAN-MAURICE FAIVRE

Jean-Maurice Faivre, havia vivenciado o contexto pós-Revolução Francesa, que por sua vez, pode ter influências em sua compreensão.

Durante o processo de revolução na França (1789-1799), dois grupos ligados ao pensamento iluminista disputam os rumos daquela revolução: os Girondinos e os Jacobinos. Aqueles, no intuito de frear a radicalização da Revolução, impedindo medidas mais populares como a reforma agrária e diversos outros direitos sociais e estes lutando para completar a revolução, permitindo o extermínio completo do feudalismo e a instituição do capitalismo, à época modo de produção mais avançado.

Conforme Eric Hobsbawm (2003, p. 95) “A peculiaridade da Revolução Francesa é que uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa eram os jacobinos, cujo nome veio a significar revolução radical em toda parte.”

E continua, sobre a Revolução Francesa, dizendo que

[...] Havia entre os revolucionários, moderados e extremistas, uma paixão generosa e genuinamente exaltada em difundir a liberdade; uma inabilidade genuína para separar a causa da nação francesa daquela de toda a humanidade escravizada. O movimento francês, assim como todos os outros movimentos revolucionários, viriam a aceitar este ponto de

vista, ou a adaptá-lo, daí até pelo menos 1848. [...] (HOBSBAWM, 2003, p.99)

Deste modo, tem-se a hipótese de que Faivre transferiria também para suas ações o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, consagrados na Revolução Jacobina. Sua ligação com a corte, tendo atuado como médico do quadro familiar de D. Pedro II no Rio de Janeiro (PONTAROLO, 2022, p.219-220) pode ter facilitado o convencimento do financiamento imperial ao seu projeto. Seu acesso à publicações dos socialismos do período através da circulação de informações pelo porto do Rio de Janeiro pode ter influenciado o modelo de colônia que propôs instaurar ao imperador Pedro II.

Para época, o pensamento de Faivre assumiu uma postura progressista, fazendo até que alguns o considerassem edificador de um revolucionário sistema econômico e social. (FRANCO, 2009, p. 2)

Já Fernandes (2006, p.103-104) afirma que o pensamento de Faivre não continha apenas uma linha ou filosofia específica, ou que ele tenha se preocupado em seguir fielmente uma doutrina, já que suas ações e seus manuscritos possuíam contornos bem diversos e abarcavam mudanças em vários setores da sociedade.

Embora a obra do memorialista Josué Correia Fernandes (2006) se constitua no principal escrito, dada a ausência de fontes específicas sobre a Colônia Tereza Cristina, ele acaba sendo ao mesmo tempo um autor facilmente refutável em alguns aspectos, pois apresenta em vários trechos concepções preconceituosas e etnocêntricas que nunca saíram da boca do próprio Faivre.

A obra de Fernandes (2006) vai indicando possíveis influências, ao mesmo tempo que, parece reforçar uma crítica pessoal ao movimento socialista, pois ressalta que Faivre era

Comunista, mas apenas no sentido de dar aos outros tudo quanto possuía, nunca, porém, no sentido inverso, de que esses outros lhe devessem pagar na mesma moeda: A sua idéia ao fundar a Colônia Thereza, não cogitou de qualquer escola social, mas tão somente de felicitar e regenerar homens desmoralizados pela miséria e vícios das grandes cidades, por meio do bem estar, da abundância e do trabalho, na terra virgem e generosa do Brasil.

Esses estudos vão referenciar a fundação da Colônia, ora, como fruto do socialismo utópico, ora como primeira experiência cooperativista do país, e até como se Jean-Maurice Faivre tivesse colocado em prática o socialismo científico, sistematizado apenas em 1848 por Marx e Engels, que já criticavam o socialismo utópico dizendo que

Os sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, os de Saint-Simon, Fourier, Owen e etc., aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia, período anteriormente descrito. Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no próprio proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes seja peculiar. (MARX, 1848, p. 58)

Ou seja, o movimento de socialismo utópico não tinha clareza quanto a uma estratégia de poder e assim não visava a construção de uma outra sociedade, muito menos com o protagonismo das classes menos favorecidas. Para esses teóricos, a massa pobre “despossuída não teria capacidade de governar”.

Fernandes (2006, p. 104) também segue afirmando que “[...] esses filósofos foram chamados de utópicos por Marx e Engels, fundadores do socialismo científico, porque sonharam dar novos perfis à sociedade, não através da organização e ação revolucionária dos trabalhadores para tomar o poder”. E conclui dizendo que os utópicos “Ao contrário, pretendiam reconstruir a sociedade,

acabando com a miséria e as desigualdades mediante atos de boa vontade e de compreensão da burguesia.”

Em contrapartida, mas sem conhecer o novo socialismo que se propagava pela Europa por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, Faivre certamente busca levar a cabo uma experiência em que se fosse construído um espaço onde, nas próprias palavras dele projetava um lugar em que, “seremos todos iguais, não haverá entre nós nem primeiro nem o último”.

3.1.1 Surgimento do cooperativismo como estratégia de superação do capitalismo

Podemos conceber o cooperativismo sob inúmeras facetas, no sentido em que a cooperativa muda de posição conceitual sob o prisma se está é um meio ou fim em si mesmo.

Na história do socialismo e do liberalismo encontramos diferentes formas de se relacionar com esta questão, senão vejamos. Dentro da primeira geração de socialistas utópicos, em especial os franceses Fourier e Saint-Simon e o galês Robert Owen a cooperativa, de um modo geral simbolizava a organização dos trabalhadores frente a organização da burguesia.

Ou seja, de uma forma incipiente e artesanal a pré-história do socialismo se desenvolveu com a prerrogativa de organização da produção sem ter muita clareza, às vezes clareza alguma, dos objetivos últimos a cumprir. Owen ajudou a dar as bases do movimento da carta sindical, conhecido como cartismo, o cooperativismo de Owen e seu impacto na Inglaterra é analisado por Engels:

Todos os movimentos sociais, todos os melhoramentos reais tentados pela

Inglaterra em prol da classe trabalhadora estão associados ao nome de Owen. Assim, por exemplo, em 1819, depois de cinco anos de lutas. Conseguiu fosse promulgada a primeira lei regulamentadora do trabalho da mulher e dos menores nas fábricas. Foi ele, também, quem presidiu o primeiro congresso em que os sindicatos de toda a Inglaterra se fundiram num grande e único sindicato. E foi também ele quem implantou, como medida de transição, até que a sociedade pudesse, na sua totalidade, organizar, comunisticamente, duas espécies de organismos: as cooperativas de consumo e de produção, que, pelo menos, mostram praticamente a inutilidade do comerciante e do fabricante, e os bazares operários, estabelecimentos em que se trocavam os produtos do trabalho por bônus de trabalho, que fazem as vezes do papel-moeda e cuja unidade é a hora de trabalho despendido. Estabelecimentos necessariamente fadados ao fracasso. (ENGELS, 2015, p. 47)

A organização criada pelo modelo cooperativista de Owen serviu e serve de parâmetro para inúmeras organizações sociais do passado e do presente, haja vista sua prerrogativa de crédito popular ainda existir. Engels aqui é preciso, tem clareza sobre os limites de um processo que tem o cooperativismo como um fim em si, se não tem uma proposta de “assalto aos céus” como a expressão de Marx a Comuna de Paris de 1871, ou seja, de um projeto de governo e de poder que, por mais que desenvolvam a consciência da classe trabalhadora e seu nível organizacional, ainda assim fracassarão.

O que se vê é a ausência de um projeto político, aquilo que Engels na mesma obra denomina em um subtópico de “teoria do poder”, é nesse aspecto que repousa toda a riqueza do socialismo científico fundado pelos dois alemães. Não à toa ter sido um extrato do livro anti-during ter se transmutado de forma adaptada no panfleto “do socialismo utópico ao científico”, o que tem como ponto central desse processo é que os utópicos imaginavam a sociedade futura a partir de uma premissa ideal, enquanto o socialismo científico se baseia na análise do concreto em suas múltiplas categorias tendo como fundamento a organização dos trabalhadores com o objetivo da apropriação simultânea do Estado e dos meios de produção.

Em relação ao cooperativismo, a diferença de caracterização de sociedade e de processo político tem como consequência a relevância em si do processo cooperativo pois dentro de um projeto societariado é fundamental ter a clareza se a 1) A cooperativa é instrumento alternativo de regulação econômico da sociedade como entendem os mutualistas (que entenderemos mais adiante) ou se 2) servem como instrumento de subsistência e organização da classe trabalhadora para a maturação de um projeto de assalto político.

O francês Pierre-Joseph Proudhon se destacou enquanto intelectual de origem camponesa e ao ter se tornado deputado na França acabou por produzir uma legião de seguidores que, ainda de forma não coesa, se denominam de anarquistas. Ainda que o termo anarquismo tenha origem similar ao termo comunismo e advém do jacobinismo de esquerda, principalmente na figura de Babeuf e seu manifesto dos comuns – daí o termo comunismo – e no interior desse manifesto também é citado o termo anarquismo como uma forma de se contrapor ao regime republicano não igualitário, de uma igualdade ser apenas de forma e não de conteúdo material.

Se a origem etimológica e política do anarquismo e socialismo científico são semelhantes, as diferenças ficam mais claras na contraposição da ideia de centralização x federalismo bem como controle dos meios de produção x cooperativas de apoio mútuo, como nos aponta Ferreira:

O conceito de reciprocidade/mutualidade é o conceito de força coletiva, que surgindo no início de sua obra com um sentido econômico (em si) irá adquirir também um sentido sociopolítico (por si). Este conceito de reciprocidade e mutualidade surge como parte da crítica ao conceito de comunidade, base da sua crítica ao “comunismo” ou sistema de Luxemburgo. Proudhon chama o sistema de Luxemburgo ou comunismo à teoria de Lois Blanc, de um intervencionismo estatal que visa estabelecer a estatização das propriedades em nome da “coletividade.” (FERREIRA, 2014, p.34)

Proudhon, como já indicamos, principal teórico do anarquismo tem por pensamento a ideia de que a economia e a política fazem parte de um processo de compreensão de federalismo na política, com autonomia política das regiões e federalismo na economia, através do princípio do mutualismo ou teoria da reciprocidade, de que previa a troca e o consumo de víveres entre diferentes produtores e distribuidores sem a mediação do capital ou da regulação estatal.

Estas ideias que proliferaram no movimento operário de início francês, mas após a primavera dos povos de 1848, entre várias frações da classe trabalhadora pela Europa tiveram impacto em diversos setores da sociedade. Se, a Colônia Tereza Cristina teve em seus primórdios influência das ideias de cooperativismo, foi sob este prisma, do cooperativismo como forma de autonomia social.

Se Proudhon foi o fundador do anarquismo e defendia no plano político, o federalismo e no econômico, as cooperativas de apoio mútuo, o russo Piotr Kropotkin (2009), anarquista difundido com a obra “A conquista do pão” dedicou uma obra inteira apenas ao cooperativismo, na obra “Ajuda mútua, um fator de evolução”, onde destaca

Não lhes são possíveis as grandes associações de reprodução, que vemos nas aves marinhas, porque vivem de insetos e precisam explorar cuidadosamente cada árvore – o que fazem de um modo quase profissional, mas chamam-se continuamente na mata, “conversando uns com os outros a longas distâncias”. Eles formam aqueles “bandos errantes”, bem conhecidos graças à pitoresca descrição de Bates, enquanto Hudson foi levado a acreditar que, “em todo lugar na América do Sul, os Dendrocopaptidae [arapaçus] são os primeiros a se combinarem para agir em grupo e que os pássaros de outras famílias os seguem e se associam a eles, sabendo, por experiência, que podem ter um butim”. Não é necessário dizer que Hudson faz grandes elogios à inteligência dessas aves. A sociabilidade e a inteligência andam de mãos dadas. (KROPOTKIN, 2009, p. 42)

Podemos afirmar que o ápice do desenvolvimento do pensamento cooperativista é a obra do príncipe russo, pois há no livro supracitado capítulos inteiros dedicados a cooperação das formigas ou dos pardais, ou de outras aves. De toda forma a ideia, baseando-se numa premissa darwinista, é de que a cooperação, o apoio mútuo é uma tendência natural a todas as espécies que tendem a evolução (sic).

Amaral (2001 apud SIMIONI, 2009, p. 742-743)

[...] toma como marco inicial das cooperativas no Brasil a fundação da Colônia Teresa Cristina, em 1847, nos sertões do estado do Paraná, pelo médico francês Jean Maurice Faivre. Mas, tal iniciativa não durou muito tempo, devido à falta de ambiência política e econômica favorável, configurada pelo regime trabalhista da escravatura, em que a economia era centrada nas grandes propriedades que, dada sua auto-suficiência e o comando autocrático, inviabilizava a organização e existência de cooperativas.

Essa premissa está presente quase na totalidade dos debates sobre a fundação de Tereza Cristina. E acaba, em alguns momentos se confundindo também com o surgimento do cooperativismo na França, pois historicamente a cooperativa é um empreendimento socialista.

Simioni (2009, p.742) baseando-se em (LEZAMIZ, 1993) explica que a origem histórica do conceito de cooperativismo é atribuída à experiência dos operários do bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, que viviam no auge da Revolução Industrial. Onde um grupo de 28 tecelões criou, em 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, distrito de Manchester, formada a partir de um fundo constituído pela economia mensal de cada participante. Buscavam, naquele momento, uma alternativa econômica que lhes permitissem sobreviver naquela nova realidade, criando uma cooperativa de consumo, a fim de

evitarem as especulações dos intermediários. A constituição do Armazém de Rochdale começou a mudar os padrões econômicos da época, dando origem ao que se conhece como movimento cooperativista.

Autores como Namorando (2005), apesar de também afirmarem a existência do cooperativismo antes do século XIX, acabam por concordar que o cooperativismo surge do movimento operário do século XIX. Assim, segundo Namorando (2005, p.3-4)

[...] as cooperativas eram algo mais do que um dos pilares do movimento operário, já que, como sua própria designação sugere, sempre foram também uma expressão da cooperação entre os homens. Uma expressão organizada da cooperação que a tem como eixo. Ora, como sabemos, a cooperação é o verdadeiro tecido conjuntivo das sociedades humanas. Nos primórdios da civilização, foi mesmo uma das condições básicas para a sobrevivência da espécie. Por isso, as cooperativas estão longe de ser um fenômeno circunstancial historicamente datado e passageiro. Pelo contrário sendo organizações movidas pelo impulso da cooperação, radicam-se através dele no que há de mais essencial das sociedades humanas. [...] Propostas estas razões pela via cooperativa e dada a evolução do respectivo fenômeno, é legítimo que se pergunte se continua a ter sentido valorizar-se para a sua compreensão o código genético, na parte que o radica historicamente no movimento operário. Incluo-me para uma resposta afirmativa, uma vez que essa ligação ao movimento operário deixou marca no universo cooperativo, em termos verdadeiramente estruturantes. E deixou-o através dos princípios de Rochdale[...] como podemos facilmente verificar comparando a sua versão atual, datada de 1995, com a versão original de Rochdale, que remonta 1844, há uma identidade profunda e evidente entre ambas. Refletem uma mesma visão do cooperativismo. Ora, na primeira versão dos princípios cooperativos está bem presente o enraizamento da cooperatividade no movimento operário, o qual, por essa via, continua a ser uma raiz viva da atualidade cooperativa. Por isso, esquecer essa marca genética pode significar a subalternização da lógica mais profunda da cooperatividade.

Embora sejam encontradas experiências cooperativas e associativas em diversos períodos, estas não passam de manifestações de sociabilidade característica do homem enquanto um ser social. Não é possível considerá-las partes do movimento cooperativista que é genuinamente moderno. (VIEIRA, 2005,

p. 31)

O cooperativismo, enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX. (PINHO, 1966, p. 6)

Desse modo, não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Segundo Diva Benevides Pinho (1966), embora etimologicamente cooperação, cooperativa e cooperativismo derivem do verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum* e *operari*) que significa trabalhar com alguém, são conceitos distintos. Enquanto a cooperação significa ação conjunta com vista ao mesmo objetivo, o cooperativismo, por sua vez, significa sistema, doutrina ou ideologia e, finalmente, a cooperativa seria uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim. (PINHO, 1996, p.7)

E é nessa perspectiva que Namorando (2005) também contribui ao salientar a existência de um código genético do cooperativismo e considera legítimo buscá-lo “na parte que o radica historicamente no movimento operário”. Nesse sentido ele afirma que

[...] essa ligação ao movimento operário deixou marca no universo cooperativo, em termos verdadeiramente estruturantes. E deixou-os através dos princípios de Rochdale. [...] Ora, na primeira versão dos princípios cooperativos está bem presente o enraizamento da

cooperatividade no movimento operário, o qual, por essa via, continua a ser uma raiz viva da actualidade cooperativa. Por isso, esquecer essa marca genética pode significar a subalternização da lógica mais profunda da cooperatividade. (NAMORANDO, 2005, p.4-5)

Nessa acepção é importante compreender também o sentido político e histórico do conceito de cooperativismo para que não se confunda o simples ato de cooperar com cooperativismo, já que as manifestações de sociabilidade advêm de sociedades muito antigas, enquanto o “movimento cooperativista” que surge a partir de 1844 é considerado um empreendimento moderno.

Conclui-se, então, que mesmo

O cooperativismo surgiu [...] como uma proposta de superação “pacífica” do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica com o desencadear da Revolução Industrial. [...] A cooperação mútua, tomando o lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrando as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituiria a base da nova sociedade, mais justa e mais humana, pois não comportaria nem exploradores, nem explorados. (SCHNEIDER,1971, p. 11, grifo do autor)

O Cooperativismo surge, portanto, do processo de desenvolvimento e organização da classe trabalhadora, e como uma alternativa, ainda que utópica idealista, de supressão do modo de produção capitalista baseada na mercantilização da vida, por diversas formas de cooperativas de produção e consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de colonização do século XIX, bem como as articulações para a atração de imigrantes, tinham como objetivo principal atender à necessidade do país de substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre. Também pretendiam aumentar a população laboriosa do país e ocupar os espaços considerados “vazios”⁴. Para isso, houve a necessidade de uma política coordenada e de ação conjunta de autoridades centrais, provinciais e de particulares. Esse processo foi decorrente da formação da Lei de Terras (1850), que significou uma imposição das oligarquias agrárias, sem qualquer discussão com os outros segmentos sociais, muito menos com os pequenos agricultores, camponeses que não tinham acesso à terra, pequenos posseiros, homens pobres e livres e indígenas.

Apesar das peculiares aspirações de Faivre em construir um modelo ideal de sociedade, constata-se que seu espírito idealista e utópico também foi utilizado em favor dos interesses do governo, que muito provavelmente sabiam dos limites que ele encontraria. E que por isso, não apresentaria um grande efeito sobre a região. Por isso, é pertinente se questionar como e porque essa experiência teria dado certo, não havia de fato condições concretas para isso.

Com a morte de Faivre, aos 63 anos, vítima de malária, 11 anos após a instalação da Colônia Tereza Cristina, os ideais foram se perdendo e muitas famílias francesas foram aos poucos deixando a região. Isso também demonstra a fragilidade da organização em termos da organicidade do grupo. Uma teoria ou ideologia não pode estar centrada apenas na figura de um líder que, na sua ausência, também passa a não existir.

4 Lúcio Tadeu Mota (1994) contesta a ideologia da construção de um território vazio, desabitado, no segundo e terceiro plano paranaense, evidenciando que esse espaço, habitado por comunidades indígenas, passa a ser projetado como um espaço vazio improdutivo, pronto a ser ocupado pela economia nacional com suas ramificações internacionais.

No início do século, novos imigrantes povoaram a região, como poloneses, ucranianos, libaneses e alemães que passaram a povoar a região e são ainda a maioria na atual comunidade de Tereza Cristina.

Faivre pode até ter, de forma pessoal, tentado implementar alguns dos critérios dos vários pensadores abordados aqui, na organização da colônia. Porém, nesse estudo foram evidenciados também inúmeras contradições e controvérsias acerca do cooperativismo e do apoio mútua na colônia Tereza Cristina.

Apesar de a cooperativa não mudar de posição conceitual, ela pode apresentar um conteúdo político diferente, inclusive de classes diferentes. E esse conteúdo também se modifica ao longo da história do movimento cooperativista, que não teve caráter uno, mas uma tendência ao ecletismo teórico-metodológico.

Quanto falamos em ecletismo é porque acreditamos que a aplicação político prático da colônia e sua compreensão de cooperação envolveu não apenas uma única forma de organização, mas absorveu nas condições que pôde, a organização cooperativista a qual era possível.

Acredita-se não ser possível tomar a experiência desenvolvida na colônia como precursora, pelo menos não na totalidade, nem do cooperativismo nem de socialismo. Jean Maurice pode ser considerado um utópico no adjetivo da palavra, mas não enquanto postulador do pensamento em solo brasileiro.

A experiência da Colônia Tereza Cristina foi uma experiência de cooperação, mas não de cooperativismo. Mesmo os socialistas utópicos como Robert Owen, viam em certa medida a cooperativa como uma organização burocrática de produção e consumo. Mas a experiência de Tereza Cristina vai, além disso, era uma cooperação em nível da vida social, isso é mais profundo que o cooperativismo.

E mesmo que possamos considerar que Robert Owen defendesse a “cooperação em todos os níveis da sociedade, que a competição daria lugar para a cooperação”, isso ainda está na esfera da produção e do consumo, mas não avança para a vida social.

Nesse sentido, o que aconteceu foram várias formas de solidariedade desde o início entre os primeiros colonos, mas para que consigamos adentrar sobre as formas e os métodos específicos sobre a mesma seria trabalho para outro estudo de fôlego tendo em vista o caráter introdutório deste e as poucas referências obtidas.

De todo modo, tendo em vista a época histórica da implementação da colônia, ainda em pleno império, e tendo em vista que o desenvolvimento das formas cooperativas no Brasil apenas tomaram fôlego na primeira metade do século XX, acreditamos que a colônia Tereza Cristina simboliza o início da tentativa político prático de formas de organização de vida, baseadas em postulados humanistas e solidários. E que, por fim, fez parte de uma política de imigração e não de um modelo utópico.

Atualmente, a Comunidade Tereza Cristina (anexo B) segue no mesmo lugar escolhido por Faivre, para dar início a Colônia. Ela fica no interior do município, a cerca de 50 km da sede em Cândido de Abreu. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população do distrito no ano de 2010 era de 1.737 habitantes.

Na comunidade também se localiza o Colégio Estadual do Campo Tereza Cristina, que oferece Ensino Fundamental e Médio e atende várias outras comunidades do entorno, como Imbuia, Saltinho, Criciumal, Serra da Prata, Apucarana e Areão. Geograficamente, localizado no interior de uma das regiões mais afastadas do município de Cândido de Abreu.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. M. **Fatores críticos de sucesso de organizações cooperativas**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BALHANA, Altina Pilati. **Um Mazzolino de Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002.

CANIELI, D. E.; MOTA, Lúcio Tadeu. O Paraná Provincial: 1853 – 1889. *In*: MOTA, Lúcio Tadeu (Org). **História do Paraná: pré-história, colônia e império**. Maringá: Eduem, 2011. cap. 4, p. 101-142.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 6. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938298/mod_resource/content/1/1%20-%20Emilia_Viotti_da_Costa_-_Da_Monarquia_a_Republica_-_Momentos_Decisivos.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005. 98 p. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/download/4053/2138>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

FERNANDES, J. C. **Saga da Esperança**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1995.

FERNANDES, J. C. **Saga da Esperança: socialismo Utópico à beira do Ivaí** – Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

FERREIRA, A.C. Teoria do Poder e da Reciprocidade. *In*: **Pensamento e práticas insurgentes: Anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. Niterói: Alternativa, 2016. p. 71-79.

FRANCO, A. A.; SALIS, A. U. de. **Colônia Thereza Christina: uma experiência socialista de Jean Maurice Faivre no Centro do Paraná**. *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. O Professor PDE e os desafios da Escola Pública Paranaense. Curitiba, 2009. v.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_unicentro_historia_artigo_ademir_antonio_franco.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022. ISBN 978-85-8015-054-4 Cadernos PDE, 2009.

HOBBSAWM, E. J. A Revolução Francesa. *In*: **A era das Revoluções: 1789-1848**. [S. l.]: Ed. Paz e Terra, 2003. p. 83-113.

IOTTI, L. H. Imigração e Colonização. **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**, 2003. p. 23-4 disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/66192/imigracao_colonizacao_iotti.pdf>.

Acesso em: 26 ago. 2022.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. Tradução Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LEITE, R. F. **Nos limites da exclusão: Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)** – São Paulo: Alameda, 2010.

LEZAMIZ, Mikel. **Relato breve del cooperativismo**. Textos Básicos de Otalora. Área de educación y difusión cooperativa. 1993. Disponível em: <<http://www.mondragon.mcc.es/esp/informacion/publicaciones.html>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

MADOENHO, Arlindo Aparecido. **O cooperativismo em suas raízes: A formação da Colônia Agrícola Tereza Cristina no Paraná do século XIX**. Trabalho de Conclusão de Curso, UEPG, 2009.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. **Antíteses**, Londrina, v.8, n.16, p.204-226, jul./dez. 2015, p. 207.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1848. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat More, 1999.

MENDONÇA, J. M. N. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. **Antíteses**, Londrina, v.8, n.16, p.204-226, jul./dez. 2015, p. 207;

MORE, T. – **A Utopia**. São Paulo: L&PM, 1997.

MOTA, L. T. A construção do “vazio demográfico” e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. **Pós-História**, v. 1, p. 123–137, 1994.

MOTA, L. T. **As Guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

MOTA, L. T. **História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais**. Maringá: Eduem, 2005.

MOTA, L. T. (ED.). **História do Paraná: Pré-História, Colônia e Império**. Maringá: Eduem, 2011.

NAMORANDO, Rui. **Cooperativismo – um horizonte possível**. 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php>>. Acesso: 16 jun. 2018.

NISHIKAWA, R. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy. Paraná, 1854-1874**. 2007. 158p. Dissertação de Mestrado. (Ciências Humanas). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18102007-155741/publico/DISSERTACAO_REINALDO_BENEDITO_NISHIKAWA.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PONTAROLO, Fabio. **No campo da pobreza**: uma história dos povoadores pobres na fronteira agrária paranaense (século XIX). Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 45.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, A. G. Z.; PRIORI, A.A. **A trajetória de Jean-Maurice Faivre: a fundação da Academia Nacional de Medicina e da Colônia Thereza Christina no Período Imperial (1829/1847)**. CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8; SEMANA DE HISTÓRIA DA UEM, 22, 2017, Maringá. Anais... Disponível em <<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3539.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2022.

SILVA, A. G. Z. **Política de Imigração e colonização no Brasil Imperial: Um estudo sobre a Colônia Thereza Christina-PR (1847-1875)**. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Ângelo A. Priori. Maringá, 2019.

SCHNEIDER, José Odelso. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SIMIONI, F. J. et al. Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 47, n. 3, p. 739-765, 2009. Disponível em <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/lealdade-e-oportunismo-nas-cooperativas.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

VIEIRA, A C. M. **Cooperativismo de trabalho: alternativa de geração de trabalho e renda**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) Universidade de Taubaté. Orientador: Prof. Dr. Fabio Ricc. Taubaté, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – Colônias de migrantes europeus no Paraná província

Quadro 2: Colônias de migrantes europeus na província do Paraná			
ANO	LOCALIDADE	COLÔNIA	ETNIA ³²
1829	Rio Negro	Colônia do Rio Negro	Alemães
1847	Ivaí	Colônia Tereza (hoje município de Reserva)	Franceses
1852	Guaraqueçaba	Colônia do Superagui	Suíços, alemães, franceses e outros.
1860	Serro Azul	Colônia do Assungui,	Ingleses, franceses, italianos, alemães e outros.
1868	Curitiba,	Colônia Argelina	Franceses da Argélia, alemães, suíços, ingleses e italianos.
1870	Curitiba	Colônia do Pilarzinho	Poloneses, alemães e italianos
1871	Curitiba	Colônia São Venâncio	Alemães, poloneses e suecos.

Fonte: MARTINS, Wilson. Um Brasil Diferente – Ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná. 2ªed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989, p.66-67.

ANEXO B – Comunidade de Tereza Cristina atualmente, município de Cândido de Abreu, Paraná



Fonte: Reprodução